

## **CRIANÇAS, INFÂNCIAS E EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE PENSAM OS EDUCADORES DE CRECHE?**

Laíse Soares Lima (1); Rafaely Karolynne do Nascimento Campos (2)

*Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, laisesoareslima@hotmail.com (1);*

*Universidade Federal de Sergipe, rafakarolynne@yahoo.com.br (2)*

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar como os educadores de creche reconhecem as crianças, suas infâncias e as singularidades do trabalho pedagógico nas instituições de educação infantil. Proveniente de uma pesquisa já finalizada, com educadores de duas creches municipais do estado de Sergipe, utilizamos como aporte metodológico a pesquisa-ação-colaborativa-crítica, tendo como material para produção dos dados quatro perguntas presentes em um questionário semiestruturado, que busca reconhecer as concepções iniciais dos educadores. O estudo se fundamenta em aportes da Sociologia da Infância e em pesquisadores que se debruçam sobre a educação infantil e suas particularidades, tendo a LDB 9394/96 e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil como base referencial. Entre os resultados encontrados, podemos perceber que os educadores percebem a infância como momento de descobertas e desenvolvimentos para o adulto do futuro, sendo a criança um ser brincante e inocente. O que nos faz defender a infância enquanto etapa vivencial de desenvolvimento integral do ser humano, negando a formação para o amanhã e reconhecendo que há uma criança no hoje, com singularidades e capacidades próprias que podem interferir na dinâmica social. Logo, a educação infantil possui a missão de auxiliar o processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças envolvendo ações de cuidado e educação que permitam interações e expressões múltiplas, garantindo a participação das crianças nas práticas pedagógicas. Dados que revelam a importância da formação do educador infantil e do seu trabalho de ensino possuir um caráter polivalente, considerando os distintos campos de experiência a serem aprofundados com as crianças.

**Palavras-chave:** Crianças, Educação Infantil, Educadores.

### **ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ÀS CRIANÇAS NO BRASIL**

Com significações distintas no decorrer da história de sua existência no país, as crianças acompanham o processo de transformação da sociedade brasileira, vivenciando infâncias diferenciadas conforme suas condições e posicionamentos econômicos e culturais. Um grupo de sujeitos heterogêneos, com capacidades diversificadas, percebidas ao longo do tempo por diferentes olhares que influenciaram e influenciam no seu atendimento educacional.

Do tal modo, partindo da responsabilidade exclusivamente familiar, a educação das crianças pequenas se transforma, obtendo novos caminhos. Kuhlmann Jr. (2010), nos lembra que a história das instituições de educação infantil está atrelada a história da família, da sociedade, dos avanços industriais, da urbanização, entre outros setores que permearam os progressos e a constituição da sociedade brasileira.

Embora a demanda por maiores escolas para primeira infância avançasse com o passar dos anos, por muito tempo os objetivos e funções que a instituição de educação infantil deveria ter não foram delimitados. As camadas mais populares tinham um atendimento de caráter assistencialista e compensatório, pelo qual sendo vistas como ameaças sociais, as crianças deveriam ser controladas por um processo de cuidado e higienização, atendido por uma educação moralmente disciplinar a fim de superar os possíveis problemas decorrentes da pobreza e do abandono. Em contrapartida, as propostas de ensino para as crianças economicamente mais favorecidas, tinham um funcionamento com ênfase à preparação para o ensino regular (OLIVEIRA, 2011).

Logo, a década de 1980 marca um período de lutas pela democratização da escola pública, e conseqüentemente, da educação infantil. A promulgação da Constituição de 1988 reconhece o direito das crianças à educação em creches e pré-escolas, sendo dever do Estado garantir nos sistemas de ensino essa nova ordem social. Ao afirmar seus direitos, a Constituição acentua pela primeira vez no país a cidadania das crianças, e a necessidade de investimentos para concretização da ampliação educacional. Assegurando a educação como dever social para as crianças desde a idade mais tenra, a Constituição afirma a natureza educativa das creches e pré-escolas por meio de ações complementares que relacionem a família, a sociedade e o Estado.

Em 1990, dois anos após a Constituição (1988), foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Este novo documento promulgado pela Lei 8.069/90, reafirma as especificidades da criança e do adolescente e a necessidade de serem consideradas na efetivação das políticas públicas do país. Mais do que o reconhecimento dos direitos infantis (e dos adolescentes), firma a necessidade de participação da família, comunidade e escola no compromisso da formação integral da criança.

Nessa esfera de argumentações, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394/96) propõe uma nova configuração para educação básica, compreendendo a educação infantil como etapa inicial do processo de escolarização, afastando-a da vinculação aos órgãos de assistência social. Expondo, pela primeira vez, a Educação Infantil em um instrumento legal, legitimada como “ação complementar da família e da comunidade”, tendo como objetivo “o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, linguístico e social” (BRASIL, Lei nº 9.394/96, art. 29) evidência a organização de propostas metodológicas em que a articulação entre o cuidar e educar,

indissociavelmente, valorizem as singularidades da criança, por meio de práticas lúdicas, interativas e contextualizadas.

Assim, abrangendo dimensões com princípios éticos, políticos e estéticos, orientada por Diretrizes Curriculares Nacionais (2009), a educação infantil como esfera mediadora de aprendizagens e desenvolvimentos infantis, visa a garantia de experiências significativas para esses sujeitos históricos e de direitos, que atuam e exploram o mundo, produzindo conhecimentos pelas interações que estabelecem nas brincadeiras com seus pares e com os adultos.

Logo, a construção dos direitos da criança, principalmente no que compete a educação, percorre uma história configurada por lutas, avanços e desafios. As distintas perspectivas concedidas ao longo do tempo revelam uma criança legítima e específica, que depende do contexto e das influências sócio-culturais a qual está imersa, interpreta e reproduz significações diferenciadas. De tal modo, o reconhecimento do caráter educativos das creches e pré-escolas, a partir da legislação nacional, implica uma ruptura da herança assistencialista, e a necessidade de propostas pedagógicas que respeitem os direitos da criança. Como também, demanda uma formação inicial e continuada para os profissionais que atuam nesses espaços educativos, de modo que suas práticas garantam efetivamente o desenvolvimento e bem-estar das crianças.

Mais do que apenas espaços educativos em que as crianças são conduzidas para estarem por horas diárias, as instituições de educação infantil são lugares de socialização, de convivência, de interação, de afetos, de construção de identidades e subjetividades. As experiências vivenciadas além de proporcionar que a criança tenha seus direitos concedidos, são determinantes para a promoção e ampliação do desenvolvimento infantil.

Nesse sentido, Oliveira (2005, p.49) esclarece que as propostas pedagógicas devem estar organizadas possibilitando condições de interação das crianças com seus pares e com os adultos em diversas situações que permitam a construção de significados de si e do mundo, além de auxiliar no desenvolvimento das capacidades de sentir, pensar e solucionar problemas, em atmosfera de autonomia e cooperação.

Logo, possuindo o desafio de superar a funcionalidade dual que as instituições de educação infantil vêm sendo referenciadas, e rompendo com a visão abstrata ou romântica da educação para infância, as creches e pré-escolas tem a missão de constituir novos caminhos que reconheçam as especificidades de suas ações.

## PERCURSO METODOLÓGICO DA PRODUÇÃO DOS DADOS

Sendo um recorte de uma pesquisa de mestrado já concluída, este trabalho busca analisar como os educadores de creche reconhecem as crianças, suas infâncias e as singularidades do trabalho pedagógico nas instituições de ensino infantil. Esta pesquisa se fundamenta nos pressupostos da pesquisa-ação-colaborativa-crítica (FRANCO, 2005; BARBIER, 2007; JESUS, 2005), por buscar realizar um diálogo reflexivo com os sujeitos participantes, indo além da crítica avaliativa de suas perspectivas e ações. Organizando espaços de estudos, pesquisas e reflexões, para que os profissionais tivessem a oportunidade de discutir e compartilhar suas experiências, o trabalho considera a narrativa de todos educadores como essenciais para (re)configurar a educação dos bebês e das crianças pequenas.

Logo, como instrumentos de produção dos dados foram utilizados questionários e Rodas de Conversas, entendidas como espaços de pesquisa, estudo e reflexão. Todavia, neste estudo apresentaremos informações obtidas por meio do questionário, o qual foi utilizado com o objetivo de compreender as primeiras impressões dos educadores sobre a infância e a educação das crianças pequenas. As perguntas estruturadas auxiliaram para perceber quais as dúvidas e dificuldades que os educadores detinham, possibilitando a organização de temáticas, textos e atividades para que esclarecessem tais questionamentos na etapa seguinte da pesquisa, as Rodas de Conversas.

Participaram deste estudo 22 educadores de uma creche municipal da cidade de Nossa Senhora do Socorro - SE, entre eles professoras efetivas e em contrato com a secretaria de educação, cuidadores, coordenadora pedagógica, diretora e estagiárias do curso de pedagogia, que atuam na instituição. Nos dados de identificação dos participantes, é interessante perceber que apenas um destes é do sexo masculino, reforçando a ideia da mulher como responsável principal da educação das crianças (GATTI E BARRETO, 2009). Outro dado a ser considerado é que o tempo de atuação dos educadores com crianças na faixa etária entre 0 a 3 anos é variante entre um mês a cinco anos, o que pode ser pertinente com a idade dos sujeitos, que em sua maioria estão entre 21 a 30 anos, representando um grupo jovem em exercício.

Deste modo, os dados aqui apresentados referem-se a quatro perguntas, presente no questionário analisado, relativos a “criança, infância e educação infantil”. Não sendo um trabalho impositivo, muitos não responderam todas as perguntas solicitadas e outros apresentaram respostas curtas e pontuais. Assim, direcionaremos

nossa discussão para as principais colocações dos educadores acerca da temática<sup>1</sup>.

## UM DIÁLOGO COM OS EDUCADORES E SUAS CONCEPÇÕES

Ser criança e ter infância hoje é o resultado de diversas transformações históricas e sociais, uma vez que, não há como falar destes sujeitos e de sua fase vivencial sem perceber qual o contexto cultural ao qual estão inseridos. A sociedade evoluiu ao longo dos anos, trazendo consigo novas formas de pensar, trabalhar e realizar ações, o que acaba por influenciar no processo educativo e na dinâmica de formação das crianças desde bebês. Assim, diversas áreas de estudos tentam discutir as singularidades da infância, apresentando vertentes para melhor conhecer e trabalhar com as crianças.

Deste modo, nosso estudo se pauta na Sociologia da Infância, por defender a infância como categoria única e social. A Sociologia da Infância defende como as relações e o meio social são fundamentais para a existência da criança, apresentando a infância como construção teórica, uma categoria a ser admitida, permeada de crianças ativas e com capacidades de (re)produzir caminhos. Logo, reconhece que “não há uma infância universal, unívoca, uniforme. Existem muitas infâncias, multiformes, diversas, particulares (BELLONI, 2009, p.2)”.

Assim falamos de infâncias no plural, por perceber que cada criança interpreta o mundo da sua maneira, por acreditar que os contextos vividos são diferenciados e que há especificidades únicas no modo de ser de cada sujeito. Não há como falar de uma infância universal pela diversidade social, econômica e cultural que as crianças participam. Todos nós adultos tivemos uma infância e as crianças atualmente possuem as suas com recursos e condições diferenciadas das nossas.

Deste modo, buscamos compreender o que os educadores entendem por infância, já que estão constantemente trabalhando com essa fase vivencial:

“Acredito que infância é o momento em que as crianças descobrem o mundo ao seu redor e aprendem a viver em sociedade (ESTRELA)”.

“É o momento em que a criança descobre o mundo (VIDA)”.

“Brincar, ser amado, fase da vida de conhecimentos, relacionamentos em grupos, descobertas (LUZ)”.

---

<sup>1</sup> Solicitamos que os educadores criassem nomes fictícios, para que pudéssemos identifica-los, mantendo o seu anonimato durante o estudo.

“O início da vida social humana, aprendizagem e formação da personalidade. Momento de brincar, explorar e ser amado (ALEGRIA)”.

“Primeira fase da criança, onde vai formar um adulto para o futuro (PINK)” .

“A fase do desenvolvimento físico, cognitivo e motor (SOL)”.

“Na minha concepção, a infância é a base de tudo, ou seja, é o tempo que a criança está se modificando e se preparando para o futuro, a infância é um momento único para toda criança, na verdade todos nós temos uma infância diferenciada, mas com objetivo só que é ser feliz sempre (DINDA)”.

Entre as respostas podemos perceber que há uma ênfase em reconhecer que a criança está em processo constante de descobertas e aprendizados sobre o mundo. Todavia, vale lembrar que a criança não aprende apenas na escola, ela possui conhecimentos desde que nasce, pois visualiza e cria sentidos sobre suas percepções. Os conhecimentos da criança são aprofundados por esse processo interativo e social que a escola, a família e outros grupos a qual participa permitem, pela troca constante de informações. A infância é bem mais que o desenvolvimento físico, cognitivo e motor do sujeito, é um período de desenvolvimento integral, onde todos os sentidos e necessidades ganham “vida” através das brincadeiras e interações.

Portanto, não é uma fase de preparação para o amanhã, não há como pensar na infância apenas como formação do adulto, existem características próprias desta fase, há uma criança “hoje” a qual precisamos reconhece-la, em suas descobertas, saberes e linguagens. Assim, conforme Kramer (2006, p.15):

A criança não se resume a ser alguém que não é, mas que se tornará (adulto, no dia em que deixar de ser criança). Reconhecemos o que é específico da infância: seu poder de imaginação, a fantasia, a criação, a brincadeira entendida como experiência de cultura. Crianças são cidadãs, pessoas detentoras de direitos, que produzem cultura e são nela produzidas. Esse modo de ver as crianças favorece entendê-las e também ver o mundo a partir do seu ponto de vista. A infância, mais que estágio, é categoria da história: existe uma história humana porque o homem tem infância.

Nesta perspectiva, reconhecemos uma criança que não é passiva, sem voz ou altamente dependente do adulto. Apontamos uma criança com potencialidades de viver sua infância por meio de suas brincadeiras e imaginações, detendo de direitos políticos e sociais não só para saúde e educação. Assim, a infância não tem mais ou menos importância do que as outras fases da vida, mas, detém de peculiaridades que são essenciais para a constituição do homem.

Por essas argumentações os educadores também definem o que é ser criança:

“Ser criança é aprender brincando, vivenciar momentos de cuidado, lazer e descobertas (VIDA)”.

“Ser criança é ser feliz, é brincar, desenvolver suas habilidades e criatividade, ou seja, é viver intensamente cada momento, cada etapa que se passa (SOL)”.

“É ter a inocência e a vontade e capacidade para absorver e curtir o prazer da aprendizagem (ESTRELA)”.

“Ser criança é viver cada dia como se não existisse o amanhã. É brincar, cair, sorrir e chorar (MARGARIDA)”.

As afirmações, em sua maioria, trazem a representação da pureza infantil, concebendo as crianças como inocentes e a brincadeira como seu grande recurso. Todavia, não negamos as colocações dos educadores, mas acrescentamos que sua inocência não se refere a incapacidades ou a uma sujeição na qual os adultos podem moldá-la a sua forma. Ou seja, como apresentado, as crianças vivenciam intensamente suas infâncias, utilizando-se de recursos sociocomunicativos e de suas múltiplas linguagens para inferir no meio ao qual participam.

Para Sarmiento (2008), é importante darmos visibilidade a infância e a criança enquanto ator social que é competente, ativa e crítica, desde seus primeiros meses de vida. Por meio de suas diversas infâncias, as crianças se constroem estabelecendo relações com o mundo. Deste modo, a criança narra, age, pensa e se expressa apresentando suas curiosidades e compreensões. O que os leva a concluir que a infância é construída socialmente, variando princípios e valores, principalmente através das brincadeiras e interações infantis. As crianças são, portanto, “agentes ativos e socialmente criativos (CORSARO, 2011, p.97)”, que produzem suas culturas infantis e auxiliam na edificação da sociedade (BELLONI, 2009; CORSARO, 2011; SARMENTO, 2008).

Nesta linha argumentativa, percebendo quais são os olhares dos educadores acerca das crianças, voltamos nossa atenção ao trabalho desenvolvido nas creches. Buscando perceber como estes profissionais reconhecem as funções desta etapa de ensino. O que nos surpreende por obtermos dois caminhos distintos de respostas. No primeiro, os educadores apresentam:

“Preparar as crianças para o ensino fundamental (LIZ)”.

“Proporcionar as crianças um bom desenvolvimento para as etapas seguintes (Maria)”.

“Preparar as crianças para os anos iniciais do primeiro ciclo (Docinho)”.

Nestas narrativas a educação infantil não é entendida pelas suas singularidades de atendimento as crianças pequenas, mas retorna a perspectiva de preparação para etapas posteriores. O que se caracteriza como grande equívoco, pois acaba por “institucionalizar” a infância, trazendo disciplinamentos e regulamentos em excesso. A educação nesta etapa de ensino, não é caracterizada exclusivamente pelo ensino da leitura, escrita ou matemática, mas sim na organização de atividades que sejam contextualizadas e intencionalmente planejadas.

É importante salientar que a educação infantil acontece no presente, no hoje, tendo aprendizados que as crianças precisam desenvolver. Existem funções próprias e específicas das creches e pré-escolas que não se constituem em preparar as crianças para etapas subsequentes. Assim, para Oliveira (2005, p.48) “a atividade educativa como ação intencional deve ser orientada para ampliação do universo cultural das crianças, possibilitando uma compreensão da realidade e, conseqüentemente, uma ação transformadora sobre a mesma”.

Deste modo, outros educadores preferem defender a educação infantil por vertente oposta:

“Nortear o desenvolvimento da criança como um todo (Sol)”.

“A Educação Infantil tem como função o desenvolvimento integral da criança (Estrela)”.

“É estimular a vontade de aprender, com criatividade e ludicidade, fazendo com que a criança goste do que faz (FLOR)”.

Apontando, portanto, a importância de um cuidar consciente e um educar contínuo e planejado que considere as necessidades reais das crianças, atendendo e ampliando com atividades lúdicas e interativas suas capacidades. As narrativas se assemelham com a proposta que a LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) defende como função da primeira etapa da educação básica, em seu artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Logo, a educação infantil, integrante dos sistemas de ensino deve propiciar as crianças interações diversas para que edifiquem seus conhecimentos individuais e coletivos, estabelecendo formas de pensar, sentir e vivenciar o mundo que as envolve. Como primeiro espaço formal de ensino para as crianças, têm a função de socializar e desenvolver conhecimentos, permitindo que as crianças tenham acesso as



produções culturais e científicas presentes na sociedade. Como afirma Kramer (2006, p. 19):

[...] o trabalho pedagógico precisa favorecer a experiência com o conhecimento científico e com a cultura, entendida tanto na sua dimensão de produção nas relações sociais cotidianas e como produção historicamente acumulada, presente na literatura, na música, na dança, no teatro, no cinema, na produção artística, histórica e cultural que se encontra nos museus. Essa visão do pedagógico ajuda a pensar sobre a creche e a escola em suas dimensões políticas, éticas e estéticas. A educação, uma prática social, inclui o conhecimento científico, a arte e a vida cotidiana.

De tal modo, é preciso que os educadores dessa etapa de ensino estejam cientes de qual o seu papel na educação das crianças de 0 a 5 anos de idade, reconhecendo as peculiaridades e necessidades educativas das crianças, em busca de proporcionar o desenvolvimento integral de suas habilidades.

Logo, quando questionamos aos participantes da pesquisa qual o real papel do professor de educação infantil, obtivemos as seguintes respostas:

“Despertar a vontade de aprender, ensinar com amor pelo que faz, dando o seu melhor para essas crianças no educar e cuidar (MARIA)”.

“O seu papel é fornecer segurança, atenção, carinho e ensino (VIDA)”.

“Ser mediador do conhecimento de forma lúdica, onde elas possam sentir desejo de aprender (PINK)”.

“Dar o suporte que a educação precisa para as crianças de forma lúdica para que haja um entendimento sobre a informação a ser passada (DOCINHO)”.

“Auxiliar e incentivar a criatividade, ensino e aprendizagem. É cuidar e educar a criança (SOL)”.

Relacionando as atividades de cuidar e educar, assim como, percebendo que as interações e brincadeiras norteiam as práticas docentes na educação infantil, os professores revelam em suas falas comungarem dos objetivos propostos pela DCNEI (2009). O que demonstra a importância de uma formação inicial e contínua para um trabalho planejado e qualificado que acentue os múltiplos saberes das crianças.

Assim, conforme Tardif (2006), os saberes dos professores são plurais, constituídos pelas experiências na prática profissional, e pelos conhecimentos na formação inicial. O que caracteriza a docência na educação infantil como singular, pois o professor se forma e modifica suas ações constantemente pelos conhecimentos entrelaçados com as relações e interações com as crianças, a família e os demais profissionais da instituição.

Conforme Barbosa (2010, p.6):

Os adultos são responsáveis pela educação dos bebês, mas para compreendê-los é preciso estar com eles, observar, “escutar as suas vozes”, acompanhar os seus corpos. O professor acolhe, sustenta e desafia as crianças para que elas participem de um percurso de vida compartilhado. Continuamente, o professor precisa observar e realizar intervenções, avaliar, e adequar sua proposta às necessidades, desejos e potencialidades do grupo de crianças e de cada uma delas em particular. A profissão de professora na creche não é como muitos acreditam apenas a continuidade dos fazeres “maternos”, mas uma construção de profissionalização que exige além de uma competência teórica, metodológica e relacional.

Um profissional com perfil polivalente, que estrutura sua ação pedagógica considerando diversos campos de experiência. Mais do que simples transmissor de conteúdo, ou alfabetizador, a missão do educador da infância implica no reconhecimento das crianças e suas potencialidades a serem valorizadas e desenvolvidas no espaço escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, compreendemos que a infância não é uma fase passiva e silenciosa, mas que se expressa por variados instrumentos tendo as instituições de educação infantil como espaço de representação e socialização das suas particularidades. As crianças são sujeitos singulares e ativos, que podem realizar distintas ações e comunicações caso sua participação seja garantida nos ambientes de ensino.

Assim, comungamos da perspectiva que o trabalho pedagógico dos educadores da infância necessita ter um olhar atento de reconhecimento e escuta das diferentes manifestações das crianças. Por meio do que elas nos “falam”, as ações podem ser planejadas considerando seu universo, tornando as atividades mais significativas e reais as suas potencialidades. O ponto central que evidenciamos é que a percepção do educador sobre as crianças considere e respeite suas expressões, confirmando na elaboração e execução das práticas a participação das crianças, suas necessidades, interesses e competências.

## REFERÊNCIAS

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**/ René Barbier. Tradução de Lucie Didio. Brasília: Liber Livro Editora, 2007. p. 03-36.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. Pedagogia da infância. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Maria Cancellari.; VIEIRA, Livia Maria Fraga. **DICIONÁRIO**: trabalho,

profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. p. 01-03.

BELLONI, Maria Luiza. **O que é sociologia da infância.** Campinas, SP: Autores Associados, 2009. 150 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Senado, Brasília, DF, 09/12/2009. Seção 1. p. 18.

BRASIL. Lei Federal nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Senado, Brasília, DF, 23/12/1996 Seção 01. p. 27833.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância.** Porto Alegre: Artmed, 2011. 384 p.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005.

GATTI, Bernadete Angelina. BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: UNESCO, 2009. 294 p.

JESUS, Denise Meyrelles. Formação continuada: constituindo um diálogo entre teoria, prática, pesquisa e educação inclusiva. In: JESUS, Denise Meyrelles de et al. (Org.). **Pesquisa e educação especial: mapeando produções.** Vitória: EDUFES, 2005. p. 203-218.

KRAMER, Sônia. **As crianças de 0 A 6 anos nas Políticas Educacionais no Brasil: Educação Infantil e é Fundamental.** Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Educação infantil: fundamentos e métodos.** 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. 255 p.

SARMENTO, M. J. Sociologia da infância: correntes e confluências. In: SARMENTO, M. J.; GOUVEA, M. C. S. (Org.). **Estudos da infância: educação e práticas sociais.** Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 2008. p. 17-39.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2006. 325 p.